

Desafios metodológicos para uma etnografia de arquivos: escavando arquivos pós-coloniais em Moçambique¹

Methodological challenges for an ethnography of archives: excavating post-colonial archives in Mozambique

Bruna Triana

Departamento de Antropologia e Etnologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

RESUMO

Neste ensaio, apresento uma reflexão sobre os desafios metodológicos para a realização de uma etnografia de arquivos a partir do relato reflexivo de uma experiência de pesquisa em dois arquivos institucionais moçambicanos – o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFF). A partir de uma descrição de itinerários trilhados ao longo da investigação, analiso os procedimentos metodológicos desenvolvidos no trabalho de campo em arquivos. Ao tratar o arquivo como espaço vivo e dinâmico, de contestação e disputa, examino as disposições contextuais e políticas que operam nesses espaços, a fim de tensionar os marcos epistemológicos hegemônicos que enquadram o arquivo como local de salvaguarda da história. O objetivo é problematizar desafios, impasses, potencialidades e implicações de algumas táticas de pesquisa em arquivos.

Palavras-chaves: Arquivos, Moçambique, Etnografia, Pós-Colonial.

¹ Este artigo é resultado das reflexões relativas à pesquisa de doutorado financiada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2014/25152-0.

Recebido em 20 de março de 2021.
Avaliador A: 04 de maio de 2021.
Avaliador B: 05 de maio de 2021.
Aceito em 08 de setembro de 2021.



ABSTRACT

In this article, I present a reflection on the methodological challenges for an ethnography of archives, based on a reflective account of my research experience. The research took place in two Mozambican institutional archives – the Historical Archive of Mozambique (AHM) and the Center for Documentation and Photographic Training (CDFF). Based on the description of the itineraries that I have followed along my study, I examine the methodological procedures developed in the fieldwork aimed at the archives. By treating the archives as living and dynamic spaces submitted to constant disputes and contentions, I analyze the contextual and political frameworks that operate in these spaces, in order to question the hegemonic epistemological references, which frame the archive as a place to safeguard history. The aim is to problematize the challenges, dilemmas, potentials, and implications of some archival research tactics.

Keywords: Archives, Mozambique, Ethnography, Postcolonialism.

INTRODUÇÃO

As pesquisas em arquivos são tecidas nas articulações forjadas entre os documentos, e essa articulação implica disposição subjetiva, imaginação histórica e montagem (DIDI-HUBERMAN, 2017; MBEMBE, 2002). Os materiais (fotografias, cartas, documentos, atas) guardados nas mais diversas formas arquivísticas, circulam por muitas mãos (as do arquivista, do curador, do pesquisador e de familiares) e entre instituições que os mobilizam (Estado, museu, família, universidade). Os arquivos, institucionais ou particulares, formais ou despreziosos, movimentam tempos e espaços. Em minha pesquisa de doutorado, partindo de alguns arquivos moçambicanos, analisei a obra fotográfica de Ricardo Rangel (1924-2009)², debruçando-me sobre o acervo do fotógrafo sem perder de vista seus efeitos na elaboração de uma memória do período tardo-colonial³ em Moçambique, bem como seus usos e contrausos no presente (TRIANA, 2020).

² Ricardo Rangel (1924-2009) é considerado o “pai do fotojornalismo” moçambicano. Seu trabalho e seu projeto fotográfico são inovadores, principalmente em razão da postura e da prática na abordagem do universo colonial. Sobre Rangel ver. Hayes (2014), Honwana (2010), Teixeira (2012), Triana (2020).

³ Período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e de acirramento da Guerra Fria até a independência de Moçambique, em 1975. O período incluiu reformas legislativas e certo crescimento econômico, mas também significou o aumento expressivo da repressão. Cf. Castelo et al. (2012).

No período colonial em Moçambique, havia uma série de contranarrativas importantes para a constituição de uma memória histórica do país cujo propósito era o questionamento das narrativas oficiais do “império português além-mar” (BORGES COELHO, 2003; CASTELO, 2010; NEVES, 2008). O papel exercido por organizações civis, como o Grémio Africano e o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (Nesam), entre as décadas de 1910 a 1960, bem como a produção de cartilhas e a utilização da rádio pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), movimento de libertação fundado em 1962, foram meios de contestação da ordem colonial vigente. Por outro lado, segundo João Paulo Borges Coelho (2007), após a independência, o partido FRELIMO⁴ assumiu o papel quase hegemônico de narrar a guerra de libertação no país, construindo o que o historiador chamou de uma “memória política”, ou seja, uma metanarrativa incapaz de incorporar vozes divergentes, constituindo-se assim enquanto a “memória oficial do país”.

O historiador moçambicano segue dizendo que o trabalho sociológico, antropológico, político e historiográfico sobre arquivos ameaça histórias e memórias oficializadas pela narrativa hegemônica da formação nacional, instituídas por quem detém o “monopólio institucional do passado” (BORGES COELHO, 2013a, 2015). Como lembra Florencia Garramuño (2011), o arquivo pode viabilizar a memória porque pode “comprová-la”, assim como, ao mesmo tempo, pode atentar contra memórias instituídas, histórias contadas. Afinal, em estantes e caixas pode morar, esquecido, um documento que conteste a história oficial ou lhe acrescente detalhes indesejáveis.

Este artigo é uma reflexão sobre os desafios metodológicos para a realização de uma etnografia de arquivos em que busco descrever e analisar, a partir de minha experiência, tanto as trajetórias, reflexões e descobertas encontradas ao longo da pesquisa quanto os métodos e as táticas de investigação utilizadas no trabalho de campo nos arquivos moçambicanos. Ao refletir sobre os itinerários por esses espaços, narro minhas escavações nos arquivos institucionais; é desse lugar de subjetividade que problematizo o que eles provocaram, de que formas se articularam e como constituem um lugar vivo, dinâmico, de contestação e disputa.

Com base nessa experiência, elaboro algumas considerações sobre as condições da pesquisa na tentativa de problematizar os desafios, impasses, potencialidades e implicações desse tipo de investigação. Inicialmente problematizo as expectativas em relação aos arquivos, apresentando os espaços onde realizei minha pesquisa: o Arquivo Histórico de Moçambique

4 Enquanto movimento, a Frelimo já tinha tendências marxistas, mas foi apenas em 1977 que a FRELIMO, já partido único da proclamada República Popular de Moçambique, se assume enquanto partido marxista-leninista. Sobre a Frelimo, cf. CEA (1983) e Bragança e Depelchin (1986).

(AHM) e o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFF). Em relação ao AHM, argumento que, embora existam problemas na manutenção e organização, é necessário partir do próprio arquivo não apenas para compreender os marcos discursivos, contextuais, políticos e organizativos que ali operam, mas também para questionar nossos próprios marcos epistemológicos. Por fim, no que diz respeito ao CDFF, exponho minhas táticas de pesquisa, mostrando como esse trabalho se funda nos princípios de seleção, montagem e imaginação.

REAJUSTANDO EXPECTATIVAS

A despeito dos apelos para o descentramento na geopolítica do conhecimento, nossa formação antropológica segue pautada por tradições e leituras enviesadas, advindas majoritariamente do Norte Global (ASAD, 2017; CARVALHO, 2001; ALATAS e SINHA, 2017). Dessa forma, em se tratando de arquivos, uma imagem ideal me vinha à mente, informando como eles deveriam ser e funcionar, ainda que ciente das “falhas”, problemas, hiatos e distorções sempre presentes nesses espaços (TRIANA, 2017). Para mim, essa imagem idealizada era composta de uma sala ampla, com mesas para pesquisadores, catálogos e estantes de caixas e pastas ao redor ou num ambiente próximo organizados em filas – tudo encaixado e classificado. Imaginava um ambiente com estantes de ferro cinza, caixas e pastas amarelas e pretas, mesas também acinzentadas, paredes e luz brancas: cores, luzes, temperatura, corpos e papéis devidamente controlados. Enfim, imagem limitada (colonizada) e impossível.

A essa idealização agrega-se o fato de que, como apontou Jacques Derrida (2001), “falhas” não só existem em qualquer espaço arquivístico, mesmo nos mais controlados, como são constitutivas desse espaço, revelando aquilo que falta e aquilo que sobra neles. São as resistências subjetivas e institucionais, portanto, *do* e *ao* arquivo que devemos buscar para construir narrativas heterotópicas sobre o “monumento passado” – sempre um passado específico – que o arquivo é capaz de comprovar ou negar.

Estive em Maputo, capital de Moçambique, em três ocasiões ao longo de minha pesquisa de doutorado – em 2015, 2017 e 2019. Já nos primeiros dias na capital moçambicana, em 2015, entrei em contato com o AHM e com o CDFF; minha entrada foi autorizada. Entretanto, mesmo sabendo que “falhas” são comuns, esperadas e até necessárias, eu carregava algumas expectativas idealizadas de funcionamento e pesquisa confrontadas por espaços reais, atravessados por seus próprios problemas de manutenção, organização e acesso.

Além desse estranhamento, em 2015, ainda no início do doutorado, havia uma falta de foco; na ânsia de querer ver todo o material possível, dividia meus dias entre os dois arquivos, procurando e perguntando por documentos e coleções, sem dar conta de olhar, ler e analisar todos eles, acumulando cada vez mais materiais para os dias e para as etapas seguintes da análise. Essa experiência de excitação, confusão e pânico, tal como a descreve Nicholas Dirks (2015), tende a levar a proposta inicial a um beco sem saída ante o aparente caos de qualquer arquivo. Depois de quase três semanas de investigação, percebi que me afundava em pilhas de fotos, negativos, jornais e atas e me faltava um direcionamento para navegar nesse mar de papéis e rastros do passado. Quando me dei conta do equívoco dessa abordagem megalomaniaca, decidi me concentrar no que me parecia mais produtivo para a pesquisa, tendo em vista os materiais dos arquivos, bem como as orientações apontadas pelas entrevistas que vinha realizando.

Em 2017, com ajuda do caderno de campo de minha primeira viagem a Moçambique, pude refletir melhor sobre a primeira percepção de Maputo e seus arquivos e, com efeito, pensar no que devia mudar, em termos de uma abordagem metodológica menos caótica. Já em 2019, no último período de campo, cheguei a Maputo com a ideia de repetir alguns dos itinerários anteriores, reencontrar amigos e interlocutores de pesquisa e reavaliar fotografias e documentos que considerava centrais para a tese. Os arquivos, no entanto, em sua instabilidade, mudam sempre, e novas rotas e encontros são inevitáveis. Mais que isso: imprescindíveis.

O convívio e a pesquisa cotidianos com o espaço do arquivo (seus objetos e salas) e com seus funcionários, as conversas e entrevistas e a participação em eventos diversos conformaram as bases do trabalho de campo em Maputo. Esses arquivos emergiram como espaços em que se buscava guardar certos materiais, na intenção de construir um passado, uma história que não é neutra, tampouco objetiva, mas específica e localizada. Os documentos guardados nos arquivos despontaram não somente como registros de um tempo longínquo e inacessível, revelando um aspecto fundamental do arquivo: ele não apenas salvaguarda, mas também difunde o que conserva, mediante o acesso de pesquisadores, estudantes, curadores e curiosos, bem como por meio dos usos e contrausos de investigações, publicações e exposições das mais diversas. Em cada uma dessas possibilidades, seus sentidos são negociados e reinterpretados. O arquivo, mais que um depósito inerte, é um repositório imaginativo.

Com os arquivos e os efeitos de seus acessos, usos e contrausos, pode-se perceber o que se conserva e o que se excluí, quais histórias são contadas, quais rupturas e continuidades se conjecturam entre passado e presente. Como ruínas, os arquivos são vestígios de um passado em constante disputa, produção e transformação (STOLER, 2008).

(DES)ORDENS E (IM)PERMANÊNCIAS: OS ARQUIVOS PÓS-

COLONIAIS

Desde a década de 1970, os arquivos enquanto instituições sociais foram levados a uma posição de tensionamento. Michel Foucault (1986), Allan Sekula (1989) e Ann Stoler (2010) foram alguns dos intelectuais que questionaram a produção do arquivo, seus dispositivos, regimes e efeitos de verdade. Jacques Derrida (2001), por sua vez, tensionou os fundamentos do processo de construção do arquivo, ao apontar as “falhas” do “arquivo monumentalizado” e a suposta objetividade e estabilidade que ele emite. Para o autor, o arquivo, bem como o desejo de arquivar, não existe sem suporte material, sem um espaço exterior que possibilite a repetição.

O “monumento arquivo” estaria marcado por alguns elementos determinantes. Um deles é a *consignação*, que remete tanto ao local físico onde se institucionaliza e domicilia o documento quanto à legitimação dada pelo catálogo. O catálogo, para além de sistematizar a acomodação dos documentos em caixas e prateleiras, coloca-os em uma relação, à medida que são agrupados por alguém que percebeu (construiu) uma conexão entre eles (temporal, institucional ou pessoal). O poder de selecionar e excluir, de sistematizar, relacionar e dispor permeia os ambientes arquivísticos e constitui uma *autoridade hermenêutica* (DERRIDA, 2001). Logo, é preciso ter consciência de que nesses espaços institucionalizados, monumentalizados, não há objetividade, verdade histórica nem estabilidade. Afinal, de que passado se trata? Feito para e por quem? Como ele foi constituído? O que foi guardado e o que foi excluído nesse processo?

No início da pesquisa, eu carregava essas perguntas ao me preparar para o trabalho de campo nos arquivos moçambicanos. A meu ver, era preciso questionar os catálogos e a organização dos documentos, as políticas de preservação e exclusão e os instrumentos arquivísticos. Adentrei esses espaços pré-disposta a colocá-los em tensão, de modo a procurar suas brechas e examinar sua disposição material, sua política, sua feitura. Algumas disposições relativas à salvaguarda e à organização dos arquivos operam, contudo, de uma forma um tanto quanto difusa, não só em pesquisadores, mas também em diretores, agentes e funcionários que mobilizam esse discurso à sua maneira.

Nos dois arquivos em que trabalhei, pude notar que ambas as instituições, o AHM e o CDFF, remetiam-se a concepções de arquivo como locus privilegiado de preservação da memória histórica, ainda que outros ordenamentos e atuações “alternativos” ocorressem nesses espaços. Ao longo dos anos, deparei com espaços onde havia caixas amontoadas no chão (era ali que eu devia procurar os materiais solicitados); com documentos que supostamente deveriam estar guardados no arquivo, mas não estavam (teriam sido perdidos ou roubados?);

com condições consideradas “precárias” de preservação e manutenção tanto de documentos quanto de edifícios, situações que remetem também à falta de orçamento, pessoal e políticas específicas (BORGES COLEHO, 2013b; CAHEN, 2020). Como estabelecer uma análise da construção institucional e política do arquivo quando aparentemente não havia apenas controle, mas principalmente caos?

Ao entrar nos arquivos, percebi o quanto essa imagem idealizada estava orientada por padrões normativos, epistêmicos e geográficos específicos (BUCKLEY, 2005; HARRIS, 2002). A partir de minha experiência nos dois arquivos de Maputo, compreendi que, ao fazer a crítica a esses arquivos, questionar suas políticas, princípios e normatividades, devia levar em conta outros fatores constituintes, para além dos marcos epistemológicos hegemônicos dos estudos críticos em arquivos. A aparente desordem passou a figurar como significativa, para além da “falha” ou falta – de organização, sistematização, manutenção. Por outro lado, havia também a excitação e os receios de adentrar esses espaços pós-coloniais da memória colonial (DIRKS, 2015). A aparente desordem do arquivo e da pesquisa deram lugar a esse tempo de fascinação que constitui o “espaço-tempo” e o afeto do arquivo, de suas organizações, detalhes e ambiguidades. Essa articulação entre contextos arquivísticos revela como um cenário invade e ilumina o outro, como as disputas no arquivo se prolongam na memória e na vida social das pessoas, da cidade e do país.

Adentrar os arquivos é se dar conta de que, ao contrário da visão padronizada que “muitas vezes evoca um lugar escuro e cheio de gavetas, armários e prateleiras cheias de documentos antigos” (ENWEZOR, 2007, p. 11), eles constituem espaços de questionamentos e disputas constantes, inclusive políticas. Ao propor uma reflexão metodológica para uma etnografia dos arquivos, quis perscrutar coleções, conteúdos, formas e contextos, mas também desejos, idiosincrasias e aberturas de cada arquivo, isto é, aquilo que os torna únicos em suas articulações possíveis no presente (TRIANA, 2020).

Um dos arquivos onde trabalhei, o Arquivo Histórico de Moçambique, instituição inaugurada em 1934, foi pensado como um arquivo colonial promovido e instituído pela administração portuguesa para armazenar a documentação produzida pelos “saberes coloniais” sobre o território⁵. Órgão ligado à Repartição Técnica de Estatística, tinha como funções atuar como “instrumento de cultura histórica” e “arquivo do governo da Colônia”⁶. Sua documentação incluía fotos dos territórios e das populações, atas e documentos produzidos pelas companhias

5 Uma apresentação institucional do AHM pode ser vista em: <https://bit.ly/33w6koi> e <https://bit.ly/2McU863>. Acesso em: 13 out. 2020.

6 Informações disponíveis em: <https://bit.ly/2IwEluj>. Acesso em: 7 mai. 2020.

e postos administrativos, bem como pesquisas etnográficas sobre o território, ou seja, toda uma sorte de documentação encomendada e produzida pelo governo colonial que, com o devido distanciamento temporal, pudesse ser lá alocada⁷. Estava ali, domiciliado, classificado e organizado, parte do passado português de formação e formatação de uma de suas colônias. Com a libertação do país, em 1975, a questão era: o que fazer com o material acumulado pelo colonizador? O que fazer com seus saberes, suas cronologias, classificações, seus arquivos coloniais?

Após a independência de Moçambique, o arquivo passou aos cuidados da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que buscou reorganizá-lo tendo como prioridade “criar as infraestruturas indispensáveis e recolher, em todo o país e a todos os níveis, a documentação colonial até à data da independência nacional”⁸. Trata-se, atualmente, do maior arquivo nacional – abarca coleções de jornais, atas, documentos governamentais, memorandos, áudios e fotos, do período colonial até o presente. Além dos documentos já mantidos no arquivo colonial, outros documentos entraram no AHM: atas de congressos, cartas, fotos, cartilhas, publicações e materiais produzidos ao longo dos anos da guerra de libertação pela Frelimo, por exemplo.

Ao refletir sobre as transformações políticas e econômicas por que passou Moçambique, é preciso averiguar, paralelamente, como a produção de arquivos esteve intimamente articulada às mudanças na própria produção da memória histórica oficial do país. Penso, por exemplo, na reestruturação do sistema social, político, econômico e administrativo do país do fim do século XIX até 1975, sob a administração portuguesa e especialmente no período chamado de “tardo-colonial” (1950-1975); depois de 1975, após a guerra de libertação que durou aproximadamente 10 anos, com a independência e a opção socialista de organização social e desenvolvimento econômico (período de 1975 a 1986, ano da morte de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique); e no período posterior ao fim da “Guerra dos Dezasseis Anos”, em 1992, quando o acordo de paz foi assinado, instalou-se o multipartidarismo e as primeiras eleições foram realizadas no país. Todos esses contextos influíram decisivamente na maneira como os arquivos foram e são criados, (re)organizados e acessados. Ao contrário do que afirma Michel Cahen (2020), acredito que a independência, ainda que não se constitua como ruptura total (MENESES, 2015), teve, sim, implicações drásticas para os arquivos nacionais, para além da mera continuação de suas insuficiências institucionais. Afinal, um arquivo não diz respeito só

7 A maior parte da documentação colonial era enviada a Lisboa, pois Portugal não tinha interesse em centralizar os documentos da administração nas próprias colônias. Informações disponíveis em: <https://bitly.com/oddBnQ> e <https://bitly.com/QEDHCv>. Acesso em: 12 nov. 2020.

8 Citação disponível em: <https://bit.ly/2IwEluj>. Acesso em: 7 mai. 2020.

ao espaço e à salvaguarda de documentos, às vezes difícil e precária, mas diz também a seus usos e contrausos, seus contextos e articulações, às perguntas que provocam, justamente, por suas idiossincrasias e “decadências” (BUCKLEY, 2005).

Em ambos os arquivos onde trabalhei (AHM e CDFE), notei que reorientações políticas tiveram repercussões diretas na composição dos espaços, com mudanças nos objetivos e nas políticas institucionais, na preservação e nos usos do arquivo e de suas coleções. Intelectuais moçambicanos e estrangeiros se empenharam, após 1975, na construção da história do país a partir de uma perspectiva marxista, com a participação de operários, trabalhadores migrantes, camponeses e combatentes. O arquivo colonial foi densamente escavado para procurar os acordos administrativos que convocavam trabalhos forçados, os registros sobre remoções de pessoas, os processos de invasão e tomada de terras por colonos, as estatísticas de migração a minas sul-africanas etc. Essa documentação do poder colonial foi utilizada a contrapelo para desvelar seus processos perversos de exploração, violência e abusos. Assim, no período do governo socialista da FRELIMO, digamos que entre 1975 e 1986, houve um esforço de produção historiográfica e memorialística que buscou, a partir de um contrauso do arquivo colonial, narrativas heterotópicas acerca do que estava armazenado nos arquivos do país. Ademais, outros documentos, além dos produzidos pelo movimento de libertação, entraram para o arquivo, como os áudios de entrevistas com antigos combatentes da guerrilha, com mineiros migrantes ou funcionários do baixo escalão da burocracia da administração colonial, coleta realizada, por exemplo, pelos pesquisadores ligados ao Centro de Estudos Africanos da UEM. Esses documentos começaram a contar outras histórias.

A questão que quero sublinhar, aqui, é que novos materiais passaram a habitar o arquivo para contestar, disputar e tensionar os materiais que já se encontravam lá. Dessa forma, podemos pensar como o arquivo se transforma ao longo de diferentes contextos e como mudanças e disputas, em documentos e estantes, imprimem outro contorno a novos e velhos locais, a atas e documentos, a memórias e imaginários. A “passagem” de um arquivo colonial para um arquivo pós-colonial é uma travessia que abarca não só prefixos e marcos temporais, mas interesses específicos, reorganizações, seleções e configurações de poder, novos materiais, usos, contrausos, imaginários e imaginações políticas.

ARQUIVOS, GATEKEEPERS E DECADÊNCIA

Visto que os arquivos consignam, se transformam e transmitem histórias através de seus usos e contrausos, considero que é preciso entender tanto as maneiras como se dão esses acessos quanto as táticas de negociação praticadas nesses espaços, além dos agenciamentos que eles articulam. João Paulo Borges Coelho (2013b), em *Rainhas da noite*, dá corpo literário às idiossincrasias dos arquivos institucionais moçambicanos:

Depois seguiam-se não só a lentidão dos funcionários que traziam os materiais (nem sempre o mesmo), mas também toda a sorte de outras contrariedades como o facto de as caixas que eu solicitava não serem achadas, contrariedades essas que eu via como outras tentativas de impedir meu trabalho. [...] Depois, era o intervalo do chá dos funcionários, altura em que todos simplesmente desapareciam [...]. Por fim, havia ainda a hora da saída que, além de injustificadamente temporã [...], começava a ser preparada com absurda antecipação. (BORGES COELHO, 2013b, p. 181).

No AHM, o acervo está dividido em diferentes espaços espalhados pela cidade de Maputo: jornais, revistas, áudios e livros se encontram em um prédio na Baixa (na travessa Varieté), onde também fica a sede administrativa do arquivo. Outros tipos de documentação (como atas, documentos de órgãos administrativos etc.) estão alocados em um prédio no campus universitário da UEM. Fotografias e materiais imagéticos (negativos, slides etc.) compõem a Fototeca Nacional e foram alocados em um prédio ao lado da Biblioteca Nacional, também na Baixa (na avenida 25 de Setembro). No entanto muitos materiais (jornais e outros documentos produzidos por instituições da administração colonial) ainda se encontram na antiga sede do arquivo, também localizada no centro da cidade (na avenida Filipe Samuel Magaia), local sem condições de acesso ao público, e num espaço na rua Timor Leste.

O prédio localizado na avenida Filipe Samuel Magaia, em 2015, encontrava-se fechado ao público. Há dois cartazes colados nas portas de vidro, já gastos e amarelados: um informe de 2012 sobre uma dedetização a ser realizada e um aviso sem data sobre a mudança da sede do AHM para a travessa Varieté. Na época, eu e uma amiga brasileira, também doutoranda, pesquisávamos no AHM. Ela conseguiu que um funcionário a levasse ao local e me contou que o subsolo do arquivo estava inundado. Até 2019, o prédio seguia fechado – com efeito, os documentos ali arquivados estão se deteriorando. Como me disse um professor, os arquivos moçambicanos estão “cuidadosamente abandonados”, em um cenário de escassez orçamentária para projetos de contratação, preservação e manutenção – justamente porque não contam com interesse político.

Por outro lado, a situação do arquivo da avenida Filipe Samuel Magaia faz pensar em como sinais de decadência mobilizam discursos muitas vezes morais ou moralizantes acerca do que é preservado e de como devem ser preservados determinados materiais, especialmente aqueles ligados ao passado colonial. Liam Buckley (2005) conecta o discurso acadêmico sobre preservação com um ideal desenvolvimentista do Norte Global, em que alcançar padrões normativos estabelecidos de arquivamento e manutenção seria um sinal de desenvolvimento do estado pós-colonial tendo em vista sua história e de sua experiência colonial:

[...] a decadência [do arquivo pós-colonial] causa controvérsia porque ela nos lembra de nossos sentimentos e de nossa intimidade com a cultura colonial, e demanda que imaginemos maneiras de, finalmente, nos livrarmos dela. (BUCKLEY, 2005, p. 250).

Um dos pontos a serem pensados com tal equação diz respeito a nossas próprias colonialidades epistêmicas, isto é, sobre nosso apego a essas ruínas, ainda que estejamos conscientes de nossas posições sociais e dispostos a ler o arquivo a contrapelo. Autores, como Verne Harris (2002) e Olívia Maria Gomes da Cunha (2004), por exemplo, argumentam que os arquivos são territórios “onde a história não é buscada, mas contestada, uma vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas” (CUNHA, 2004, p. 292). Contudo, nos discursos de preservação, desenvolvimento e modernização que acabam abarcando esses locais está presente nosso próprio desejo de manter esses rastros do passado. Tais discursos são também mobilizados pelas próprias instituições, por seus diretores e funcionários e até pelo Estado, que juntos buscam explicações para a decadência de seus arquivos.

Entretanto, acredito que a provocação de Buckley (2005, p. 250-251) toca mais propriamente na questão do porquê a decadência não pode ser permitida:

Sujeira, poeira, mofo, papel rasgado, danos causados pela água, excrementos de roedores, pastas vazias, itens em falta – esse é o material das narrativas de decadência que acompanham a presença de artefatos coloniais em arquivos pós-coloniais. Em seu início, o estabelecimento de arquivos sinalizou a capacidade do novo Estado [...] de manter a si e os seus cidadãos em ordem, manter sua herança e segredos, promover a cultura e conceder acesso ao público. Hoje, em vez de simbolizar o avanço da independência e seus “presentes” de desenvolvimento, progresso e modernização, os arquivos pós-coloniais são locais de decadência e perda, servindo como evidência da ineficiência e do descuido pós-colonial. No entanto, [...] em vez de ser algo aberrante e um sinal estereotipado da negligência e da ineficiência do estado pós-colonial, a decadência – bem como o direito de permitir a decadência – é central para a prática cultural do arquivamento.

Portanto a decadência sinaliza, para voltarmos a Derrida (2001), o surto do “mal de arquivo”, índice de modernidade do Norte Global, cujos padrões de regulação e controle são

desafiados em nossos encontros com esses arquivos pós-coloniais do Sul Global. Água, mofo, materiais perdidos, traças, escorpiões e negociações são elementos comuns desses arquivos, e a suposta “desordem” é muito ligada às expectativas normalizantes do pesquisador. Talvez possamos pensar, junto com Achille Mbembe (2002), que o “descaso” com os arquivos em muitos países das periferias do capitalismo é uma forma de domesticação dessa memória: afinal, sem arquivo, não existe Estado-Nação; ao mesmo tempo, no entanto, esses mesmos arquivos são uma constante ameaça a ele – por isso são amiúde fechados, censurados, queimados, destruídos. A decadência desponta não como um aspecto peculiar, específico de estados africanos ou latino-americanos, ou como sinal estereotipado de negligência e ineficiência desses mesmos estados, mas sobretudo como atributo central para a própria atividade de arquivamento, isto é, uma característica particular da transformação da antiga colônia em uma nação pós-colonial (BUCKLEY, 2005).

Meu trabalho no arquivo e meus encontros com a decadência contam essa experiência afetiva, as formas e táticas de pesquisa que fui desenvolvendo nesses locais e as histórias que fui encontrando em meio a esses percursos. Nos arquivos pertencentes ao Estado, são as suas instituições que têm o direito e a autoridade de salvaguarda do passado; no limite, eles constituem espaços em que o Estado é, por direito, o *keeper* (guardião) principal e legítimo desses documentos. O Estado, nesses casos, detém o “monopólio legítimo do passado”⁹, ou pelo menos o monopólio de sua salvaguarda material, ao passo que os funcionários seriam os *gatekeepers* desses papéis diante dos pesquisadores, ou seja, mediadores entre o que é guardado e aqueles que requerem acesso ao passado (GARRAMUÑO, 2011; JELIN, 2017; MBEMBE, 2002).

Acessados diariamente por um público diverso, especialmente por estudantes, professores e pesquisadores, tanto moçambicanos quanto estrangeiros, os arquivos me permitiram estabelecer relações de partilha com muitos desses “frequentadores de arquivos”. Sempre que nos cruzávamos depois de um dia de escavação nos arquivos, dividíamos dicas quanto a quem solicitar os materiais requeridos, à maneira de proceder em determinadas situações diante desses mediadores, aos lugares em que poderíamos encontrar os documentos que procurávamos – coisas que dependiam tanto dos funcionários quanto da pessoa que fazia o pedido. Enquanto pesquisadora mulher, jovem branca e estrangeira em Moçambique, tive meu acesso e minha circulação facilitados em determinados lugares. Esses marcadores e posições definem, portanto,

9 Faço menção, aqui, à famosa proposição weberiana de que o Estado moderno reivindica o “monopólio do uso legítimo da violência física”, ou seja, o uso exclusivo e de direito desse recurso (WEBER, 1983, p. 56).

minha entrada, minhas relações em campo e a minha própria escrita.

Em 2015 e 2017, portando apenas cartas da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e da UEM, tive a entrada liberada para realizar a pesquisa; uma outra colega, também brasileira, branca como eu e igualmente ligada à USP e à UEM, teve que fazer uma carteirinha para conseguir entrar e fazer pesquisa no AHM. Uma terceira colega, oriunda de Portugal, doutoranda branca de uma universidade europeia, ao insistir no acesso a um catálogo ou uma lista, algo que lhe ajudasse a saber o que se encontrava em um dos prédios do AHM, recebeu a seguinte resposta: “Vocês vêm de Lisboa e acham que as coisas aqui são como lá. Não são!”.

Na reação da funcionária está implícita a importância não só de ganhar a simpatia dos *gatekeepers*, mas de saber negociar, estabelecer relações e conhecer certas pessoas, formar redes de contato e de intercâmbio de saberes. Ela revela, também, conotações que dizem respeito à maneira como diferentes pressupostos e concepções “ocidentais” – moldados por instituições internacionais e regulamentações que legitimam certas formas de organização – marcam perspectivas sobre como um arquivo deve ser arranjado, o que deve conter, como deve ser preservado etc. Ademais, essa reação permite entrever microrrelações de poder que se colocam nos arquivos, que, nesse caso, invertem o antigo vetor *colonizadores e colonizados* e são tangenciadas por múltiplos ressentimentos.

O fato de ser brasileira foi relevante, tanto pela simpatia que as pessoas tinham em relação ao Brasil quanto pelo distanciamento que a condição de ser estrangeira me proporcionava¹⁰. Contudo, se não escrevo a partir das antigas metrópoles imperiais (DE JONG, 2016; SAID, 1990), me encontro em uma outra margem, um entremeio que coloca outras relações de poder em jogo (BHABHA, 2001; SANTIAGO, 1978).

Assim, conversar com funcionários, escavar o “canto do tempo colonial” e conhecer certas pessoas foram táticas usadas para me locomover por diferentes arquivos. Nos dois prédios do AHM, não me foi disponibilizado um catálogo. Dessa forma, dependia de funcionários que me forneciam as informações necessárias e, se possível, a localização dos documentos. Entendo que o catálogo ou inventário é esperado pelos pesquisadores, pois a partir desses suportes é possível verificar o que está guardado e o que pode ser de interesse da pesquisa. Além disso, visitar o arquivo pela primeira vez envolve, muitas vezes, não saber exatamente o que se quer. O catálogo poderia funcionar, nessas circunstâncias, como um mapa para o pesquisador percorrer

¹⁰ São muitos os pesquisadores brasileiros em Moçambique, sendo esse um campo de estudos já consolidado nas ciências sociais e humanas produzidas no Brasil. Esse fato pode ser apreendido a partir de grupos e linhas de pesquisa, professores e projetos desenvolvidos em universidades como UFBA, UnB, Unicamp, Unilab e USP, entre outras.

o universo do arquivo – mapa cujas lógicas e cujos critérios de classificação e relação deveriam ser desvelados. Contudo, mesmo sem mapa, pode-se desvendar caminhos, ainda que de forma mais demorada, que guardam relações e conexões que, talvez, só assim são descobertas.

No prédio do AHM da UEM tive que me embrenhar em fundos, datas e instituições. O galpão era aberto, com várias estantes com caixas dispostas, como em uma biblioteca, mas também amontoadas nos cantos e nas paredes. Como fazemos ao caminhar pela cidade em busca de um café, um monumento ou um prédio que gostaríamos de visitar, por ali também era possível andar entre as estantes e caixas espalhadas. Normalmente dois funcionários estavam lá para controlar e tentar ajudar os pesquisadores em suas buscas. Ao procurar, por exemplo, processos judiciais do fundo “Direção dos Serviços dos Negócio Indígenas”, especificamente da década de 1940, era possível ser mandada para um corredor ou uma estante; no mar de caixas e pastas ali dispostas, ia desvendando numerações aos poucos, abrindo outras caixas, escavando e, quiçá contando com a sorte e com o tempo, conseguia encontrar algo de interesse. Buscar instituições específicas era uma das formas de conseguir navegar esse arquivo, uma vez que alguns funcionários sabiam a alocação exata dessas caixas¹¹.

No prédio do AHM da Baixa, que concentra a biblioteca do arquivo e as coleções de jornais, revistas e áudios, também não há catálogo. Enquanto no prédio da UEM pesquisadores e caixas compartilhavam o mesmo ambiente, nesse prédio da Baixa há uma sala reservada aos pesquisadores: em uma mesa na frente da sala, até quatro funcionários ficam ali a fim de atender às solicitações dos usuários, atuando como *gatekeepers* ou guardiões dos segredos e dos tesouros do arquivo. Em frente a essa mesa dos mediadores, há diversas outras, de ponta a ponta, reservadas a pesquisadores: sob os olhos e a guarda dos funcionários atentos e vigilantes, ali ficávamos nós, manuseando “o passado”. Aqui, dependia-se muito mais do conhecimento e da disposição dos funcionários. Às vezes nem eles tinham certeza se detinham ou não determinados documentos; ao vê-los desaparecer para a outra sala, vedada aos visitantes, eu ficava na expectativa de que voltassem de mãos cheias, com alguma coisa que fosse, o que nem sempre acontecia.

11 No *site* do AHM, em 2017, encontrei os inventários (mas nem todos estão disponíveis) e uma lista com os fundos e coleções tratados e disponíveis no chamado Arquivo Permanente. Mesmo assim, nem sempre anotar a cota do documento, segundo indicado no inventário *online*, significava achar de fato o material no arquivo. Disponíveis em: <https://bit.ly/2wWbBd9> e <https://bit.ly/2IzRsLp>. Acesso em: 7 mai. 2020.

SELEÇÃO, MONTAGEM E IMAGINAÇÃO

Se é preciso estabelecer os contextos prévios de uma pesquisa, ponderar os obstáculos enfrentados no início, assim como as práticas e negociações em torno dos acessos do/no arquivo, também é necessário descrever as formas como a pesquisa se firmou, os métodos de trabalho desenvolvidos em relação ao material ali encontrado. Ora, escavar o arquivo, atentar para os rastros, ruídos e as ruínas que nele permanecem, é abri-lo em busca de memórias outras que ali podem estar soterradas. Porém essas memórias são construídas justamente a partir das idiossincrasias dos arquivos e das negociações com seus *gatekeepers*, dos segredos – às vezes perdidos – guardados em seu interior, dos efeitos e das implicações (práticas, epistemológicas e políticas) da decadência, das “falhas” e da fascinação dos espaços arquivísticos. Trabalhar no/com o arquivo é também, em certa medida, elaborá-lo enquanto tal, produzi-lo.

Um aspecto importante nessa produção é o fato de que nós, pesquisadores, ameaçamos o arquivo com nossos corpos, que transpiram e, com o simples toque, ameaçam os documentos, efêmeros diante dos danos do tempo e dos contatos. Se o arquivo produz relações, ele também produz o próprio pesquisador enquanto sujeito da pesquisa: figura ambivalente, muitas vezes estrangeira, que aparece por uns tempos e logo desaparece; que solicita materiais sem parar; que, impertinente, tenta impor sua lógica às dinâmicas próprias de cada arquivo; que manuseia rastros tão frágeis com mãos úmidas; e que sai do arquivo crente de ter achado uma nova história, uma nova falha, uma nova lacuna (ROSE, 2000). É por isso que, em nossa busca por contestar o arquivo, em alguma medida contestamos também os *gatekeepers*, que sabem que estamos ali, de certa maneira, para questionar seus arquivos: sua organização, seus sistemas classificatórios, suas políticas de preservação e a própria autoridade de salvaguarda desse passado.

Narrar o percurso de entrada no arquivo, abrir as caixas e pastas (físicas e digitais), detalhar as procuras (infrutíferas ou não), incluindo as alegrias das pequenas descobertas, para além dos conteúdos, classificações e anotações, constituem tanto o processo de elaboração do arquivo quanto de tessitura da pesquisa. Nessa abordagem hermenêutica e subjetiva do arquivo, de suas coleções, fundos e acervos, minha intenção era refletir sobre as trajetórias desses documentos e a maneira como interpelam as histórias sobre o período tardo-colonial em Moçambique (TRIANA, 2020). Sendo assim, este trabalho depende da disposição da pesquisadora para forjar homologias possíveis de documentos reunidos em pastas ou dispersos em caixas numa narrativa aberta e criativa. O trabalho de campo em arquivos implica, então, um trabalho de seleção, montagem e imaginação.

Através de documentos arquivados, nos deparamos com porções de tempo a serem montadas, com fragmentos de vida a serem organizados, um após o outro, na tentativa de formular uma história cuja coerência advém da habilidade de forjar conexões entre o início e o fim. Uma montagem de fragmentos que, deste modo, cria uma ilusão de totalidade e de continuidade. Sendo assim, igualmente ao processo arquitetônico, o tempo entrelaçado pelo arquivo é produto de uma composição. (MBEMBE, 2002, p. 21).

O trabalho de campo no CDFP em diferentes momentos me incentivou a refletir sobre métodos e formas de trabalho que me ajudassem a manusear melhor o enorme volume de fotografias a serem encaradas. Aqui, vale o aviso de que a entrada no arquivo nunca é desprovida de interesses ou de algum conhecimento prévio. Eu conhecia algumas das imagens guardadas no CDFP mesmo antes de acessá-las, mas foi no trabalho de campo, entre idas e vindas, que pude revisitar algumas imagens e encontrar outras. Esses processos e caminhos do arquivo revelam o trabalho de despertar esse espaço e perceber os afetos e as questões que eles provocam (BRUNO, 2019).

O CDFP é uma instituição pública – como o AHM – criada na década de 1980. Começou como uma escola pública de formação de fotógrafos e foi se constituindo enquanto arquivo fotográfico. Seu prédio, localizado na avenida Josina Machel, abriga sobretudo imagens do fim do período colonial, da luta armada e do pós-independência, com algumas fotografias do final do século XIX e do início do XX. O centro possui, hoje, o acervo do fotojornalista Ricardo Rangel, fomentador do projeto e primeiro diretor do centro desde a inauguração do arquivo até sua morte, em 2009, cuja coleção foi foco de minha pesquisa de doutorado. O centro ainda possui fundos de outros tantos fotógrafos que trabalharam na instituição ao longo dos últimos 40 anos, bem como coleções doadas por amigos de Rangel para o projeto de constituir, ao mesmo tempo, uma escola de formação e um arquivo fotográfico da história do país.

Já na entrada, há uma grande fotografia de autoria de Rangel, amarelada pelo tempo, a receber o visitante: um senhor negro e uma máquina fotográfica antiga, dessas de caixote e tripé, ocupam o enquadramento. Entretanto, é passando da grade da porta que separa o *hall* que se adentra o centro, com a administração, a sala dos professores e funcionários, a sala de aula, o estúdio e, por fim, a sala de arquivo. No subsolo encontram-se os laboratórios de revelação e a sala dos fotógrafos do centro com seus computadores, *scanners* de negativo e impressoras. Em todos esses ambientes, há fotos penduradas (de Rangel, de antigos alunos, de exposições passadas) e montagens de imagens pelas paredes dos laboratórios, além de caixas, livros, papéis e tantos outros objetos.

A sala onde estão guardadas as imagens que compõem o arquivo é a mesma em que se acessam e manuseiam as fotografias; nas paredes, estão dispostas as caixas com as ampliações

separadas por temas, uma estante com *slides*, também separados por temas e organizados numericamente, e pastas com negativos e provas de contato organizados por autor, data e numeração. Em um dos cantos, há estantes com diversos livros sobre fotografia – trata-se da biblioteca do CDFF. Em 2015, esse espaço era apenas de pesquisa e consulta; já em 2017, em minha segunda visita, os funcionários que trabalhavam com o arquivamento das imagens foram realocados para aquela sala ampla e iluminada. Em uma das paredes, há três computadores para consulta. No centro da sala, dois funcionários trabalham em seus computadores ao lado de uma mesa ampla, sempre com caixas e fotografias espalhadas.

É nessa mesa que os visitantes, clientes e pesquisadores podem abrir as caixas de impressões, espalhar as imagens e enfrentá-las. Não há, contudo, uma lista de controle indicando em qual caixa se encontra cada imagem, tampouco um catálogo com as fotografias impressas e arquivadas no centro. Os temas que organizam o arquivo repetem-se em diferentes caixas, assim como as imagens (mais de uma reprodução em diferentes locais, por exemplo). Desse modo, encontrar fotos que não se encaixam no tema ou que não são de autoria de Rangel, mas estão nas caixas dedicadas ao fotógrafo, é algo comum – o que pode fornecer pistas de como outros visitantes acessaram essas mesmas fotografias, combinando-as e montando-as. Perseguir essas outras visitas passadas por entre essas caixas é, portanto, um exercício interessante para pensar os usos e apropriações atuais das fotografias ali armazenadas, bem como a intervenção e a subversão que partem dos acessos, usos e contrausos dos arquivos.

A partir do trabalho de campo nos arquivos, conversando com funcionários e convivendo com os documentos e imagens, fui compreendendo a organização do arquivo analógico e digital, bem como a disposição dos materiais e as funções do centro. Em minha primeira visita ao centro, em 2015, ainda que o trabalho de digitalização do acervo de Rangel já estivesse encaminhado, foquei meus esforços de pesquisa nas caixas com impressões. Na época, trabalhei com 53 caixas com reproduções impressas, negativos, cartas e e-mails, documentos e panfletos. Em minha segunda visita em 2017 e em 2019 só 15 caixas estavam lá, 14 delas dedicadas exclusivamente a Rangel, além de uma caixa com cartas, convites de exposições e panfletos. O arquivo se alterou. Nicolas Dirks (2015, p. 39-42) afirma que, ao longo da pesquisa:

O arquivo em si continuou mudando, um lembrete da impossibilidade de usar o arquivo para reconstruir uma história política simples e direta de mudança. [...] A pesquisa de arquivos em si procede invariavelmente, genealogicamente – registro por registro, decisão por decisão, traço por traço –, não do modo linear direto que a maioria das histórias simples implica.

Ao adentrar esse arquivo e manusear as fotografias de Rangel, havia em mim uma

excitação e um nervosismo. Na materialidade das imagens, na possibilidade de dispô-las na mesa, aproximá-las umas das outras, observar as palavras escritas no verso, procurar e conjeturar seus percursos até aquela caixa, cotejá-las – em tudo isso havia o encantamento de abrir e conhecer o arquivo, de selecioná-lo, imaginá-lo, montá-lo. O contato com o arquivo fotográfico permitiu perceber e estabelecer outras relações possíveis, outros sentidos e conexões, outras interpretações, tomando as imagens enquanto uma coleção que, em sua materialidade física e virtual, revelava interações e articulações próprias.

Segundo Elizabeth Edwards (2011), o arquivo e as fotografias são espaços de criatividade e latência. Em uma perspectiva material, o arquivo se converte em uma manifestação de relações sociais em que as fotografias são ativas. A desconcertante quantidade de imagens é entendida como um sistema que expressa valores complexos e conectados. As formas

[...] de impressão, apresentadas em montagens, contidas por rótulos, ordenadas em caixas e pastas, e engajadas em espaços de pesquisa de arquivos ou salas de estudo, tornaram o tempo histórico não apenas um espaço objetivo, mas também um espaço afetivo. (EDWARDS, 2011, p. 52)

Ainda que a digitalização dos arquivos altere as relações e práticas, o trabalho de imaginação, elaboração e pesquisa ainda é marcado pelas dinâmicas específicas desses locais.

Em meus cadernos de campo, ao longo das diferentes viagens, fui anotando o nome das caixas e das fotos que elas continham. Porém, como muitas caixas possuíam mais de 200 imagens, as anotações oscilavam entre descrições gerais e descrições densas. Apesar da disparidade nos registros – algumas caixas foram brevemente relatadas, enquanto outras tomaram páginas e páginas de descrição, como tamanho, papel, efeitos do tempo, detalhes, conexões etc. –, isso me permitiu, em 2017, perceber quais caixas seguiam lá ou como as fotografias que estavam em uma caixa específica em 2015, haviam fluído para outra depois desses dois anos. Com a finalização da digitalização do acervo, as caixas impressas foram reorganizadas, sendo que as muitas caixas com negativos e *slides* foram guardadas nos espaços dedicados a esses materiais, enquanto muitas outras fotografias e correspondências de exposições foram armazenadas em outros locais.

Em 2017, voltei ao CDFD e, apesar de ter revisitado as caixas, me dediquei mais ao acervo digital. Embora o acervo digital não incluísse a possibilidade de manusear a imagem material, oferecia a facilidade de busca por temas no banco de dados. Se não havia a montagem na mesa, aproximando e sobrepondo as imagens materialmente, eu podia selecionar e montar minhas próprias pastas virtuais, reunindo fotos diversas em um mesmo local, sem o receio de misturar imagens de caixas diferentes ao guardá-las, por exemplo. As formas de trabalho,

conexão e análise se transformam ao passar das caixas de impressões para as pastas digitais, uma vez que a materialidade das fotografias e também dos arquivos, em alguma medida, conforma nossas leituras.

Tendo em vista a abundância de imagens que compunha o acervo estudado – a coleção particular era composta por duas pastas digitais, com 1.179 fotografias, e onze pastas da coleção pública, com 17.987 fotografias –, foi preciso pensar nessa desconcertante quantidade de imagens e suas formas, relações e estruturas como um sistema que expressa valores complexos e conectados (EDWARDS, 2009). Também precisei pensar em formas e critérios que orientassem o trabalho de campo.

Nesse segundo momento de campo em Maputo, se, por um lado, segui com o caderno de arquivos, anotando o nome ou o número das caixas de impressão, das pastas digitais e da referência das fotografias, descrevendo-as mais detidamente, por outro lado, tive que empreender algumas seleções. Optei por registrar mais detalhadamente as pastas da coleção particular e as duas primeiras do acervo público do centro. Esse trabalho de descrição das fotos (qualidade, informações, decupagem) era feito de modo a conseguir visualizar e lembrar das imagens quando estivesse de volta ao Brasil.

Assim, ainda em campo, fui elaborando outra seleção em torno das imagens que mais me afetavam, que tivessem sido lembradas por pessoas com as quais eu havia conversado, fotos que capturavam eventos sobre os quais eu havia lido, sem me preocupar, ainda, em refletir sobre os critérios de escolha, deixando que as materialidades e a subjetividade orientassem essa primeira aproximação. Selecionando as imagens com o caderno em mãos e com as caixas e o computador a minha frente, fui fazendo fichas para as imagens que ia elegendo, montando meu próprio banco de dados para poder, dentro desse círculo imagético um pouco menor, refletir sobre critérios de escolha e montagem, uma vez que o universo das quatro caixas descritas mobilizava 3.648 imagens. Cheguei, então, a uma coleção de 179 foto-fichas, a maioria delas selecionada a partir do acervo digital, incluindo fotos pessoais de Rangel com amigos, imagens do pós-independência e outras imagens pouco conhecidas do autor – não publicadas ou não expostas – do tempo colonial.

A ideia de trabalhar com fichas não foi irrefletida. Além de ser um instrumento arquivístico conhecido, o método veio de uma inspiração levistraussiana: “eu diria que as fichas, para mim, são exatamente o oposto de um método, são o meio de ter ideias imprevistas” (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 18). Mais que transcrever metodicamente classificações, números e informações, as fichas servem como um repertório imaginativo. Minhas fichas continham os dados das fotos, o número, as informações que elas já continham, as palavras-chave a partir das quais poderiam

ser encontradas no banco de dados, a decupagem das imagens. Dito isso, eu também tentava anotar observações soltas, conexões que eu percebia, afetos e questões que me provocavam, alguma história que alguém havia contado sobre as imagens, citações e referências literárias etc. Com essas fichas em mãos e ainda com as imagens ao meu redor, passei a refletir sobre o que me provocava nessas imagens e como me provocavam, sobre quais perguntas poderiam suscitar, quais histórias poderiam contar; também passei a perceber temáticas do trabalho de Rangel, os enquadramentos e ângulos recorrentes, elementos importantes para a percepção e a análise dos caminhos e da produção do espaço da cidade, das práticas fotográficas e da atuação política de Rangel (TRIANA, 2020).

De volta ao Brasil, ao mexer nas fichas, acrescentei outras ligações e ideias que surgiram e procurei fazer um código de cores de acordo com temáticas percebidas nas imagens, para assim manusear as fichas conjuntamente e organizá-las de acordo com outros parâmetros que fossem além da numeração do CDFF. Afinal, as fichas servem justamente para fazer montagens, testar hipóteses, experimentar teorias: “quando me falta inspiração, quando estou sem ideias, pego um monte de fichas [...] e, só de espalhá-las, misturá-las, agrupá-las ao acaso, às vezes vem uma ideia” (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 17). As fichas se mostraram ao mesmo tempo uma ferramenta metodológica no arquivo, um instrumento de trabalho antropológico nas montagens e um artefato de memória e imaginação da pesquisa. A fragmentação e a dispersão de elementos estão presentes nas três esferas.

Por fim, falar sobre as práticas e as técnicas do fotógrafo faz pensar sobre a constituição do CDFF, que teve a participação ativa e direta de Rangel. Ele foi seu diretor desde o início do projeto até sua morte, em 2009, tendo depositado todo o seu acervo pessoal no espaço. Não está no escopo deste ensaio repassar a trajetória do fotógrafo nem de seu trabalho, mas sim de pensar *a partir, com e através* desses arquivos. Vale dizer, contudo, que uma aura biográfica cerca o centro, insinuando atividades e presenças do fotógrafo pelas paredes, cômodos e materiais. Podemos inclusive pensar o acervo de Rangel no CDFF enquanto um memorial autobiográfico, na medida em que foi ele quem conservou os negativos e as reproduções, selecionando-as e separando-as. Assim, esse autoarquivamento perpassa por um exercício político de memória, pois o fotógrafo foi o principal responsável por selecionar o que queria que fosse visto, o que queria que fosse guardado e o que queria que fosse lembrado de sua obra. É como se esse autoarquivamento indicasse uma atuação política do colecionador que se preocupa em guardar os fragmentos recolhidos ao longo de sua vida.

Cabe a pesquisadores fazer do arquivo um espaço de contestação e crítica permanentes, descrevendo não só as descobertas, mas também as ameaças *dos* e *aos* arquivos, bem como os

desafios e os aspectos imponderáveis que se escondem sob essas ameaças. Elaborar o arquivo é desvelar como eles mudam para além de seus contextos (do colonial para o pós-colonial, por exemplo), mas também em suas formas e condições materiais, em seus acessos e contrausos possíveis. É por isso que os objetos mantidos nos arquivos aguardam as montagens e as histórias que nós, frequentadores e inquisidores dos arquivos, conseguiremos contar ao forjar outras relações entre eles – sejam de continuidade e coesão ou de rupturas e conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no AHM são as paredes brancas e acinzentadas que ditam o tom do espaço, em compasso de espera e expectativa, em que os *gatekeepers* aparecem e desaparecem por entre as portas, no CDFE, as fotografias penduradas nas salas conferem ao espaço uma dimensão de presença e afetividade. Isso faz pensar que, para além dos próprios documentos guardados nos arquivos, outros vestígios estão ali presentes, essenciais para desvendar e escavar esses espaços. Os arquivos não são lugares silenciosos, passivos. Arquivos são, pelo contrário, espaços permeados por relações que ressignificam continuamente tanto as imagens e os documentos quanto o próprio trabalho etnográfico.

Entrevistas, negociações, lugares da cidade por onde caminhei, fotos e documentos arquivados: tudo constituiu as experiências que afetaram a pesquisa. Afinal, como ensina Mbembe, a experiência do arquivo só adquire sentido e inteligibilidade no âmbito subjetivo, ainda que seja necessário considerar quem os detém e de que autoridades dependem, “em que contexto político são visitados, sob que condições são acessados, [qual] a distância entre o que se procura e o que se encontra, a maneira como são decodificados, e como o que é encontrado ali é apresentado e tornado público” (MBEMBE, 2002, p. 23).

Nesse itinerário sinuoso, a (des)ordem encontrada no AHM e seus corredores ou no CDFE e em suas caixas e pastas físicas e digitais remexidas e cruzadas revela desejos e afetos que circulam nesses ambientes: a decadência como prática arquivística, as funções e o trabalho dos *gatekeepers*, as intervenções, subversões e possibilidades dos acessos e contrausos do/ no arquivo. Mais que a constituição dos arquivos, suas políticas institucionais e seus regimes classificatórios, me interessou contar aqui os meus próprios processos intersubjetivos e os percursos metodológicos e epistemológicos de reflexão: as expectativas prévias sobre o arquivo, a tensão do encontro com o arquivo, o nervosismo e a excitação ao manusear esses documentos

pela primeira vez, as negociações diárias com os funcionários, as escolhas e formas de trabalho.

Escavar o arquivo é desvendar como a suposta ordem, tão quista por alguns discursos hegemônicos, é instável, sempre na iminência de se desequilibrar. Até porque, como afirma Walter Benjamin (1994, p. 228), “toda ordem é precisamente uma situação oscilante à beira do precipício”. Aprender a circular pelos corredores, em meio às caixas, pastas e fotografias, é emaranhar-se em seus torvelinhos de surpresas e descobertas.

Ao relatar tanto os espaços quanto as formas de trabalho, procurei dar conta do processo de descrever (e, portanto, elaborar) o arquivo, compreendendo como afetos, interesses, imaginações e subjetividades se imiscuem. Possuir familiaridade prévia com algumas fotografias dos acervos, conhecer e caminhar pelos arquivos e por Maputo, sistematizar um plano de trabalho (nem sempre seguido à risca), deparar com equívocos e frustrações ao longo do campo e desfrutar de pequenas alegrias de descobertas e encontros – tudo isso conformou um processo alargado de análise dos arquivos e coleções e de suas articulações com as memórias e as histórias de Moçambique (TRIANA, 2020).

O arquivo se revelou, para mim, um espaço de contestação, um campo de batalha (HARRIS, 2002), afinal, “o destino final do arquivo [...] está sempre situado fora de sua materialidade, na história que ele possibilita” (MBEMBE, 2002, p. 21). O arquivo é invenção, construção, não contém o passado em si. Segundo Derrida (2001), se o arquivo é instável e lacunar, ele também diz algo sobre o futuro. Mais do que isso: a questão do arquivo é uma questão do horizonte de expectativas e de possibilidades do porvir. O arquivo é uma promessa, uma responsabilidade para o amanhã, para um “tempo ainda por vir, daqui a pouco ou talvez nunca” (DERRIDA, 2001, p. 50).

O potencial do arquivo está na tensão que provoca articulações entre espaços e temporalidades diversas e um engajamento com a pesquisadora/leitora. Em minha pesquisa de doutorado, mapear e ponderar aparições, contradições, decadências, cruzamentos e sobreposições nos diferentes usos do arquivo e das imagens foi indispensável para o trabalho antropológico de perceber que imagens e memórias seguem silenciadas ou esquecidas em pastas e caixas e para refletir sobre o próprio arquivo, sobre os usos e os contrausos que as histórias oficiais e memórias políticas fazem dele.

Em meio ao labirinto do arquivo, de documentos e fotos, de montagens e narrativas, outras histórias e memórias podem despertar e colocar em xeque histórias já sedimentadas e oficializadas, tanto sobre o colonialismo português em Moçambique quanto sobre a descolonização e a situação pós-colonial. Podem, assim, questionar presentes e presenças, a fim de que as memórias, os arquivos, as ruas e as promessas de futuro que eles guardam sejam

disputados e transformados continuamente.

REFERÊNCIAS

1. ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM). **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, n. 1, abril/1987.
2. ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological theory beyond the canon**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
3. ASAD, Talal. Introdução a “Anthropology and the Colonial Encounter”. **Ilha**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 313-327, 2017.
4. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
5. BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
6. BORGES COELHO, João Paulo. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Lusotopie**, Paris, n. 10, p. 175-193, 2003.
7. BORGES COELHO, João Paulo. **Memória das guerras moçambicanas**. Conferência, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, p. 1-19, 5 jul. 2007.
8. BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. **Kronos**, Cape Town, v. 39, n. 1, p. 20-31, 2013a.
9. BORGES COELHO, João Paulo. **Rainhas da Noite**. Maputo: Ndajira, 2013b.
10. BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 153-166, 2015.
11. BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 5/6, p. 29-52, 1986.
12. BRANQUINHO, Filipe. **Paisagens interiores**. Maputo: CCP, 2016.
13. BRUNO, Fabiana. Arquivo e imagens: questões heurísticas e visuais ante a abertura do arquivo Kamayurá de Etienne Samain. **Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 50-72, 2019.
14. BUCKLEY, Liam. Objects of love and decay: Colonial photographs in a postcolonial archive. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 20, n. 2, p. 249-270, 2005.

15. CAHEN, Michel. Do ultramar ao pós-colonial: reflexões de um historiador sobre Moçambique contemporâneo nos arquivos de Portugal e Moçambique. **Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, Lisboa, n. 10, p. 249-267, 2020.
16. CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, 2001.
17. CASTELO, Claudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. *In: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 2010, Lisboa. Documento do congresso.* Lisboa: CEA, 2010. p. 1-18.
18. CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; CRUZ E SILVA, Teresa. Introdução. *In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; CRUZ E SILVA, Teresa (orgs.). Os outros da colonização.* Lisboa: ICS, 2012. p. 19-24.
19. CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS (CEA). **Boletim Não Vamos Esquecer**, Maputo, n. 2/3, 1983.
20. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
21. DE JONG, Ferdinand. At work in the archive: introduction to special issue. **World Art**, Londres, v. 6, n. 1, p. 3-17, 2016.
22. DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
23. DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tomam posição**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
24. DIRKS, Nicholas. **Autobiography of an archive**. Nova York: Columbia University, 2015.
25. EDWARDS, Elizabeth. Photography and the material performance of the past. **History and Theory**, Middletown, Theme Issue n. 48, p. 130-150, dez. 2009.
26. EDWARDS, Elizabeth. Photographs: material form and dynamic archive. *In: CARAFFA, Constanza (ed.). Photo archives and the photographic memory of art history.* Berlim: Deutscher Kunstverlag, 2011. p. 47-56.
27. ENWEZOR, Okwui. **Archive fever: Uses of the document in contemporary art**. Nova York: International Center of Photography, 2007.
28. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
29. GARRAMUÑO, Florencia. Da memória à presença: práticas de arquivo na cultura contemporânea. *In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander M. (orgs.). Crítica e coleção.* Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 204-217.

30. HARRIS, Verne. The archival sliver: power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, Amsterdam, n. 2, p. 63-86, 2002.
31. HAYES, Patricia. Pão nosso de cada noite: as mulheres e a cidade nas fotografias de Ricardo Rangel de Lourenço Marques, Moçambique (1950-60). In: HONWANA, Luís Bernardo (org.). **Ricardo Rangel: insubmisso e generoso**. Maputo: Marimbique, 2014. p. 63-84.
32. HONWANA, Luís Bernardo. **Revisitar Ricardo Rangel**. Maputo: Kulungwana, 2010.
33. JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.
34. LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista: Claude Lévi-Strauss, aos 90. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 9-25, 1999.
35. MBEMBE, Achille. The power of the archive and its limits. In: HAMILTON, Carolyn (org.). **Refiguring the archive**. Cape Town: Kluwer Academic, 2002. p. 19-26.
36. MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 9-52, 2015.
37. NEVES, Olga. **O movimento associativo africano em Moçambique: tradição e luta (1926-1962)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2008.
38. RANGEL, Ricardo. **Ricardo Rangel – fotógrafo de Moçambique**. Paris: CCFM/ Editions Findakly, 1994.
39. ROSE, Gillian. Practising photography: an archive, a study, some photographs and a researcher. **Journal of Historical Geography**, Amsterdam. v. 26, n. 4, p. 555-571, 2000.
40. SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
41. SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
42. SEKULA, Alan. The body and the archive. In: BOLTON, Richard (org.). **The contest of meaning**. Cambridge: MIT Press, 1989, p. 343-388.
43. STOLER, Ann Laura. Imperial debris: reflections on ruins and ruination. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 23, n. 2, p. 191-219, 2008.
44. STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain**. Princeton: Princeton University, 2010.
45. TEIXEIRA, José P. A lente pertinente: Ricardo Rangel no “Pão nosso de cada noite”. In: Colóquio Sobre Rangel, edição, Maputo, 2012. **Anais**. Maputo: Centro Cultural Brasil-Moçambique, 2012. p. 1-17.

46. TRIANA, Bruna. Arquivos e Imagens (Pós) Coloniais: Contribuições Analíticas sobre Duas Coleções Fotográficas. **GIS - Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 37-60, 2017.
47. TRIANA, Bruna. **Ensaio em preto e branco: arquivo, memória e cidade nas fotografias de Ricardo Rangel**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.
48. WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 4 ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Cultrix, 1983.

Bruna Triana

Professora do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6439-5457>. E-mail: brutriana@gmail.com